



As denúncias à Ditadura Empresarial-Militar brasileira na Europa pela revista Brasil Socialista

The denunciations to the Brazilian Corporate-Military Dictatorship in Europe by Brasil Socialista magazine

HERLER, Thomaz Joezer<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo serão abordadas as denúncias à Ditadura Empresarial-Militar brasileira e as análises sobre esse período político em nosso país desenvolvidas pela revista *Brasil Socialista*, criada durante a segunda metade da década de 70 na França. O surgimento dela teria sido fruto da cooperação desenvolvida entre algumas organizações revolucionárias armadas quando seus militantes já estavam exilados após o fracasso da tentativa de depor o Regime pela violência revolucionária no Brasil. Para isso, serão analisadas algumas partes da edição nº 7 da mesma tendo em vista o contexto histórico em que esses dissidentes políticos viviam, que propiciava tanto as denúncias das arbitrariedades cometidas pelos regimes ditatoriais contra os Direitos Humanos quanto mudanças das concepções de tática para a derrubada da Ditadura.

**Palavras-chave:** Revista *Brasil Socialista*; Ditadura Empresarial-Militar brasileira; Direitos Humanos; *Détente*.

---

1. Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de História – UFG – Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia – Avenida Esperança, s/n. Campus Samambaia, CEP: 74690-900, Goiânia, Goiás – Brasil. Email: thomaz\_j\_herler@hotmail.com

Recebido em: 28/08/2016  
Aprovado em: 12/02/2017

**Abstract:** We'll discuss, in this article, the denunciations to the Brazilian Corporate-Military Dictatorship and the analysis on this political period in our country developed by the *Brasil Socialista* magazine, created during the second half of the 1970s in France. The “appearance” of it would have been the result of the cooperation between some armed revolutionary organizations when its members were already exiled after the failure of armed struggle in Brazil. We will review some parts of issue No. 7 of that in view of the historical context in which these militants lived, which propitiated both the complaint of arbitrariness committed by dictatorial regimes against human rights as changes tactics conceptions to the overthrow of the dictatorship.

**Keywords:** *Brasil Socialista* magazine; Brazilian Corporate-Military Dictatorship; Human Rights; *Détente*.

## Introdução

Já após o Golpe Empresarial-Militar em 1964, com os primeiros exílios de dissidentes políticos, começaram a ocorrer denúncias contra a Ditadura Empresarial-Militar brasileira por parte de exilados, sendo alguns desses ligados diretamente ao governo João Goulart (1961-1964), enquanto outros eram intelectuais e militantes que apoiavam publicamente o projeto de Reformas de Base do presidente (GOMES, 2014, p. 10).

O segundo momento da saída de exilados, ocorrido após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, foi constituído principalmente pelos militantes que recusaram o caminho proposto pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), de alcance do socialismo pela via pacífica. Formando organizações armadas, estes comunistas, sendo geralmente jovens, eram inspirados pela “teoria do foco guerrilheiro” desenvolvida por Che Guevara e Régis Debray e pelo maoísmo (RIDENTI, 1993, p. 238). Com a edição do AI-5, que centralizou e aperfeiçoou o aparato repressivo do Estado (GOMES, 2014, p. 10), a partida desses militantes para fora do país se deu de forma forçada, enquanto única forma de serem poupados da espionagem, das torturas e até mesmo da morte.

Neste artigo, o foco se concentrará nas denúncias à Ditadura brasileira realizadas pelos militantes que se exilaram no segundo momento, após a promulgação do AI-5, nos concentrando no recorte histórico que vai de 1974 a 1979. Mesmo sendo a proposta deste artigo a análise de apenas uma edição da revista *Brasil Socialista* publicada em 1979, a abordagem deste período de cinco anos se fará necessária. Isto se deve ao fato de ter sido durante a década de 70, principalmente na segunda metade desta, que as denúncias realizadas pelos antigos quadros das organizações armadas vieram à tona, influenciando diretamente nos rumos que o Regime Empresarial-Militar tomaria posteriormente (GOMES, 2014, p. 10).

De igual forma, nos concentraremos nos anos 1974 e 1979 por compreendermos que foi nesse período que as denúncias contra as violações aos Direitos Humanos e às liberdades democráticas como um todo encontraram maior eco na comunidade internacional. Isto ocorreu devido à fase de distensão que o conflito da Guerra Fria atravessava naquele momento, influenciando principalmente os países da Europa. Desse modo, havia a expectativa, por parte dos autores das denúncias, de que seria possível enfraquecer o poder dos militares golpistas “de fora para dentro”, influenciando

a opinião pública internacional contra o Regime.

Levando em consideração o momento político em que o Brasil se encontrava no momento da publicação da revista *Brasil Socialista*, far-se-á necessária uma explanação acerca do governo Ernesto Geisel (1974-1979) então vigente, que já caminhava para seu fim. Compreender o modo como o mandato do general Geisel é encarado pela historiografia, bem como as contradições que o permeavam, será de suma importância para a contextualização das críticas dos editores da revista.

Apesar das dificuldades com a fonte devido ao estado de má conservação da mesma, tendo sido necessário um trabalho de paleografia em que algumas palavras acabaram por não serem recuperadas, sua análise foi de grande valia para a compreensão da conjuntura política.

Além dos grupos que criaram a revista *Brasil Socialista*, outros antigos defensores da derrubada dos militares no Brasil por uma revolução armada socialista também passaram a conceber a queda da Ditadura, a partir de então, enquanto o resultado de uma luta que uniria amplos setores da sociedade brasileira em uma “frente democrática”, o que incluiria a oposição não-comunista. Compreender esse processo de mudanças, bem como os fatores que levaram às mesmas, será crucial para que possamos chegar a uma conclusão, ainda que parcial, sobre a importância dessas iniciativas de denúncia à Ditadura Empresarial-Militar que vigorava no Brasil.

Como as fontes textuais serão tratadas com exclusividade, é necessário levar em consideração as condições em que se encontravam os sujeitos históricos que produziram tais documentos, compreendendo os limites que incidiam sobre os mesmos dentro da totalidade (política e social) em que estavam inseridos. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas:

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um “discurso” que, assim considerado, “não pode ser visto como algo transparente”. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da “forma” do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 377).

Deste modo, articulando “texto e contexto” pode-se:

[...] buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378).

Isto é, sem “negligenciar a forma do discurso”, deve-se “relacioná-lo ao social” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378).

A opção pela definição, neste artigo, da Ditadura brasileira enquanto “Empresarial-

Militar” e não apenas “Militar” ou “Civil-Militar” como tem sido mais comum entre os historiadores estudiosos deste período, também possui uma fundamentação. René Dreifuss caracterizou o movimento e o Golpe enquanto “Civil-Militar” (DREIFUSS, 1987, p. 361) para contrapor-se a uma noção estritamente factual e tradicional de história, que tenderia a depositar nos militares todo o “mérito” do acontecimento. Contudo, posteriormente a expressão “Civil-Militar” se tornaria problemática.

Pode-se destacar duas principais razões pelas quais atualmente o uso do termo “Civil-Militar” é rechaçado por alguns historiadores, principalmente os marxistas. Primeiro, pelo fato de que “a visão segundo a qual a sociedade é dividida entre ‘civis’ e ‘militares’ é própria da ideologia corporativa das forças armadas, enganosa e simplista” (MELO, 2012, p. 39-53). Segundo, porque a não delimitação de quem eram estes “civis” poderia abrir margens para alguns historiadores corroborarem a tese de que a sociedade brasileira teria apoiado o golpe e a ditadura, tal como foi feito por Daniel Aarão Reis Filho. Segundo Demian Bezerra de Melo:

Em uma aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, em março de 2010, o historiador Daniel Aarão Reis enfatizou a importância dessa (suposta) precisão, chegando mesmo a fazer uma autocrítica de seus próprios textos pretéritos que fizeram com que circulasse a noção “errônea” de ditadura militar. Em 2012, o influente historiador voltou a intervir nesse mesmo sentido, em artigo publicado no jornal O Globo. O mesmo texto seria posteriormente republicado na Revista de História da Biblioteca Nacional, fazendo-o circular por um amplo público (MELO, 2012, p. 39-53).

A obra criticada por ele é *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Aarão Reis Filho toma essa mudança de posicionamento, deixando de conceber a Ditadura enquanto “Militar” e tomando-a enquanto “Civil-Militar” apoiando-se no argumento de que a mesma teria angariado apoio de diversos setores da população, enfocando principalmente:

1) as massivas Marchas com Deus, pela Pátria e Família, organizadas antes (em São Paulo) e depois do golpe de Estado (no Rio de Janeiro, capitais e muitas cidades do país); 2) as votações expressivas no partido de apoio à ditadura, ARENA; 3) e a suposta popularidade do general Médici à frente do Executivo federal (MELO, 2012, p. 39-53).

Visando à superação deste dilema, alguns historiadores desenvolveram categorias novas para pensar o Golpe e o Regime instaurado. Maria Helena Moreira Alves teria sido pioneira no desenvolvimento da categoria “Ditadura de Segurança Nacional”, termo usado para caracterizar não apenas a ditadura brasileira, mas também as demais implantadas na mesma conjuntura em outros países sul-americanos.

Sendo também utilizada por Enrique Serra Padrós, essa referência teórica teria como base os elementos que constituíram tais governos golpistas, dentre elas a Doutrina de Segurança Nacional; o alinhamento militante aos Estados Unidos na estratégia de ‘contenção do comunismo’ que implicou na adoção de estratégias de

contra-insurgência; e a defesa dos cânones do capitalismo (PADRÓS, 2009, p. 30-45). Ainda, Demian Melo propõe como saída para este embate a definição do Golpe enquanto “Empresarial-Militar”, também desenvolvida por Dreifuss para designar essa “insurreição contra-revolucionária das classes dominantes” (MELO, 2012, p. 39-53), deixando bem claro os setores da sociedade civil envolvidos nesse processo.

## O período de *détente* e a luta pelos direitos humanos na Europa

Durante as várias décadas de Guerra Fria, houve um espaço de tempo iniciado por volta de 1968 e finalizado em 1979, conhecido pelo termo francês *détente*, que ficou caracterizado pela diminuição das tensões entre as grandes potências, gerando diversas consequências principalmente na Europa. Segundo o historiador estadunidense Robert MacMahon, isto não significava “substituir a Guerra Fria por uma estrutura de paz” (MACMAHON, 2012, p. 140), mas sim administrá-la “de um modo mais seguro e mais controlado para minimizar a possibilidade de uma guerra acidental ou de uma espiral armamentista desestabilizadora” (MACMAHON, 2012, p. 140).

Cabe dizer ainda que este episódio de “paz armada” foi possibilitado por uma relativa paridade que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no final dos anos 1960, atingiu em relação aos Estados Unidos da América (EUA) no que tange a armas nucleares estratégicas (MACMAHON, 2012, p. 141). Com isto, a interação entre os dois países foi modificada, com a URSS passando a ser considerada pelos EUA uma potência, gerando, portanto, conexões diplomáticas mais estreitas e diretas (MACMAHON, 2012, p. 144). Contudo, a quantidade de armamentos que ambos os países angariaram gerou preocupações quanto à possibilidade de uma Guerra Nuclear, gerando a necessidade de que o conflito fosse administrado de uma maneira diferente.

Ambas as potências tinham interesses diretos nesta distensão: os EUA por conta dos gastos exorbitantes que a corrida armamentista já havia gerado (MACMAHON, 2012, p. 142), e a URSS pela necessidade de ganhar tempo e se defender de outro potencial inimigo: a China (MACMAHON, 2012, p. 143). Apesar desse aparente clima de “tranquilidade”, é importante ressaltar que apenas a Europa usufruiu da mesma, enquanto o Terceiro Mundo era marcado por ditaduras e golpes de Estado (MACMAHON, 2012, p. 140).

A Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), ocorrida em 1972 em Helsinque, na Finlândia, iniciou uma sucessão de discussões que culminaram na “Ata Final de Helsinque”, em agosto de 1975. Nela, constavam acordos que giravam em torno de três questões principais: a inviolabilidade das fronteiras europeias; a cooperação econômica, tecnológica, científica e ambiental entre os países dos dois lados da “cortina de ferro”; e maior respeito aos Direitos Humanos (MACMAHON, 2012, p. 150-151).

Apesar da ênfase na luta pelos Direitos Humanos ter se intensificado após a “Ata Final de Helsinque”, em 1975, essa foi uma pauta que, segundo Rosemary Foot, esteve presente em todo o período na Guerra Fria (FOOT, 2010, p. 445). Isto se deve, em grande medida, às violações e arbitrariedades cometidas em decorrência das políticas de Segurança Nacional (FOOT, 2010, p. 446), que além de gerarem restrições de direitos civis e políticos, prendiam arbitrariamente, torturavam e assassinavam.

De acordo ainda com Foot, os problemas referentes aos Direitos Humanos tenderam a ser priorizados pelos governos liberais do Ocidente, enquanto que nos países do bloco socialista, os mesmos eram rechaçados enquanto “armadilhas burguesas”. Geralmente os líderes dos países socialistas argumentavam contra os apelos aos Direitos Humanos alegando que os mesmos eram “substitutivos” aos progressos de cunho social e econômico defendidos pelo socialismo. Apesar do posicionamento desses burocratas, não houve violações de Direitos Humanos apenas no lado Leste do conflito. Também os EUA, em vários momentos, foram acusados de conduzirem uma política externa que gerava repressões que possuíam iguais consequências (FOOT, 2010, p. 445-446), resultando em arbitrariedades, perseguições e mortes.

Muito embora em vários países da Europa Ocidental tenham existido diversos movimentos voltados à luta contra as violações de Direitos Humanos, a prioridade deste artigo será o caso específico da França. Esse país possui uma importância especial no conjunto desta discussão pois foi, do início da Ditadura no Brasil em 1964 até a Anistia em 1979, um dos países que mais abrigou exilados políticos brasileiros. Levando em consideração a efervescência dos movimentos de luta pelos Direitos Humanos na França, nela não apenas foram abrigados dissidentes, mas também foi dado suporte aos mesmos, possibilitando assim que suas denúncias contra os militares golpistas chegassem à comunidade internacional.

### **A importância do exílio na França para a rearticulação dos ex-militantes da luta armada brasileira**

Faz-se importante ressaltar, primeiramente, que apesar da França ter recebido exilados brasileiros desde o Golpe de 64, o país passou a ser um dos mais visados pelos dissidentes políticos apenas por volta de 1973. Antes disto, boa parte deles partiam para o Uruguai e, posteriormente, para o Chile que, depois da ascensão de Salvador Allende à presidência do país em 1970, tornou-se uma espécie de “oásis” na América do Sul para os militantes da luta armada cujas organizações foram sendo desmembradas pelo aparato repressivo.

Após o Golpe contra Allende em 1973 e o estabelecimento da Ditadura de Pinochet, esses refugiados precisaram evadir o país, com a França, que era a melhor alternativa naquele momento, convertendo-se então uma grande concentradora de exilados políticos (GOMES, 2014, p. 10).

Um dos fatos que evidenciam a importância política da França neste período é a mesma ter se tornado após 1973 uma das principais preocupações do Centro de Informações no Exterior (CIEX), serviço de inteligência da Ditadura Empresarial-Militar brasileira que se ocupava de colher informações sobre opositores do Regime em outros países (GOMES, 2014, p. 11). Vários foram os fatores que levaram a França a constituir um polo atrativo de dissidentes políticos, dentre eles a quantidade de movimentos sociais que emergiram no período da *détente*, ocupados com a problemática que envolvia as violações aos Direitos Humanos. Estes conseguiram mobilizar uma parcela expressiva dos segmentos políticos progressistas da sociedade francesa, que se mostraram solidários aos exilados latino-americanos, especialmente depois do Golpe no Chile (GOMES, 2014, p. 12-13).

Em decorrência das mobilizações sociais que ocorriam na França, favorecendo

diretamente os asilados políticos, foi possível, segundo Marina Franco, que os mesmos fossem reconhecidos pelo Estado francês como refugiados. Com isto, tiveram acesso a uma série de benefícios legais e materiais concedidos tanto pelo governo como por redes de solidariedade (FRANCO, 2007, p. 291). Esses auxílios incluíam moradia, alimentação, trabalho e documentos (GOMES, 2014, p. 12).

Em alguns casos houve militantes, como Violeta Arraes (irmã do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes), que deram assistência psicológica voluntária aos torturados e aos que sentiam dificuldades de se adaptar às mudanças inerentes ao exílio (GOMES, 2014, p. 19). Devido a tais razões, foi construída uma memória entre grande parte dos antigos exilados que concebia a França enquanto “um país onde prevaleciam os valores democráticos, a tolerância e, igualmente, o caráter pouco repressivo de sua força policial” (GOMES, 2014, p. 13).

Apesar desta série de auxílios e benefícios que os dissidentes políticos podiam usufruir em território francês, manter a militância ativa não era tarefa fácil. O governo francês, principalmente após as manifestações estudantis de maio de 1968, passou a adotar critérios rígidos para a aceitação de exilados, que passavam, a partir do momento em que lhes era conferido o *status* de “refugiados”, a serem monitorados pelas autoridades locais. De igual forma, tendia a haver o temor da parte dos refugiados de perderem suas benesses ou mesmo de serem expulsos da França (GOMES, 2014, p. 13-14).

Mesmo com estas ressalvas, a França foi, para os antigos militantes, uma possibilidade concreta de continuar suas atividades políticas e denunciar a Ditadura, atacando-a a partir dos órgãos de imprensa internacional. Segundo Luís Roniger, a difusão dos movimentos voltados à defesa dos Direitos Humanos gerou uma espécie de “ativismo transnacional” que possibilitava aos exilados fazer com que suas denúncias ao Regime Empresarial-Militar percorressem diversos países (RONIGER, 2010, p. 104).

Além de se utilizarem de veículos da grande imprensa na França para exporem denúncias à Ditadura brasileira, também esses militantes criaram suas próprias revistas, que eram comercializadas em vários países europeus e, por vezes, entravam clandestinamente em território brasileiro. Nessas publicações independentes, além de se realizarem denúncias aos crimes cometidos pelos agentes da repressão, também eram desenvolvidas análises de conjuntura visando esclarecer a população brasileira e europeia da situação política em que o Brasil se encontrava, buscando, na maior parte das vezes, explorar as contradições do Regime Empresarial-Militar.

## **A atuação da revista Brasil Socialista nas denúncias e análise das contradições da Ditadura de Ernesto Geisel**

Partindo de algumas informações coletadas no site do “Resistir é preciso...”, vinculado ao *Instituto Vladimir Herzog*, podemos começar a delimitar o perfil da revista que nos propomos a analisar neste artigo. Primeiramente, como já foi enfocado anteriormente, ela foi constituída, assim como diversas outras, a partir de esforços coletivos e acabou por gerar parcerias entre as antigas organizações armadas, que se uniam em torno de uma causa específica. De igual forma, essa publicação carregava em seu cerne, em menor ou maior grau, um tom de autocrítica, seja à antiga atuação de seus editores na luta armada, seja com relação à concepção do caráter da revolução

enquanto imediatamente socialista, recusando a união com outros setores políticos contrários à Ditadura Empresarial-Militar brasileira.

Ainda, segundo o projeto “Resistir é preciso...”, a revista *Brasil Socialista* surgiu fruto de uma união entre os dirigentes de três organizações: Política Operária (Polop), Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Afirma-se também que as publicações dela, iniciadas na segunda metade da década de 70, giravam em torno de questões que estavam sendo progressivamente levantadas com a mudança de rumos da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, que dava sinais de enfraquecimento.

Dentre os dilemas discutidos nas edições, alguns deles eram partilhados por outros grupos de esquerda e militantes, tais como se era mais viável “apoiar a oposição tolerada pela ditadura [MDB<sup>2</sup>] ou construir um novo partido revolucionário”, bem como “lutar pela redemocratização ou pelo socialismo” (Brasil Socialista, Revista do MEP e Brasil Livre).

Para que seja possível melhor dimensionar as análises e as denúncias desenvolvidas na revista, deve-se levar em consideração que, embora o mandato de Ernesto Geisel seja concebido enquanto aquele em que foi promovida, inicialmente, a abertura à democracia, isto não significa que o mesmo esteve isento da prática da repressão.

Segundo David Maciel, o governo Geisel fez “intervenções seletivas”, mantendo a quase totalidade de sua institucionalidade autoritária em vigor, com as mudanças nas ações coercitivas se restringindo “ao fim da censura sobre os grandes meios de comunicação, mas não sobre a imprensa alternativa, e à estratégia de contenção das ações do aparato repressivo e de informações, sem que ocorresse, no entanto, sua desmobilização” (MACIEL, 1999, p. 163). Inclusive, foi neste período que ocorreu o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, ocorridos respectivamente em 1975 e 1976 no DOI CODI do II Exército, em São Paulo, dentre outros desaparecimentos e execuções de opositores do Regime que aconteceram no mesmo período.

Com a crise do “Milagre Econômico”, período de grande crescimento da economia brasileira ocorrido entre os anos de 1969 e 1973 que respaldou a truculência do governo Médici, a legitimidade do Regime ficou seriamente ameaçada, tanto entre a classe trabalhadora quanto entre setores do empresariado. Juntamente a esse processo, os políticos do único partido de oposição legalizado, o MDB, ganhavam força no parlamento desde as eleições de 1974, em que obtiveram uma vitória expressiva.

Diante disso, os militares, juntamente com os políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido situacionista durante todos os anos da Ditadura, tentaram de todas as maneiras possíveis conter o desgaste do governo ditatorial a partir de tentativas de conciliação com o MDB (MACIEL, 1999, p. 171-172). Dentro deste partido, por sua vez, haviam aqueles que não buscavam o fim do aparato institucional então vigente (moderados) e os que faziam frente ao mesmo (autênticos), estando os últimos em menor número (MACIEL, 1999, p. 173).

No contexto deste quadro político, foi lançado em 1977 o chamado “Pacote de Abril”, que lançou uma série de medidas que visavam alterar a Constituição e manter,  
2. Mobilização Democrática Brasileira.



deste modo, invicto o governo Geisel, impedindo que o processo de “distensão” colocasse no poder segmentos políticos que ameaçassem os grupos econômicos e empresariais favorecidos pela Ditadura.

Dentre outras intervenções, o Pacote adiava as eleições de 1978 e criava “um novo ato institucional prorrogando o regime militar por mais dois mandatos de quatro anos” e ainda transformava “o Congresso Nacional vigente em assembleia constituinte, para ‘constitucionalizar’ os instrumentos de exceção” (MACIEL, 1999, p. 171). Este conjunto de ações foi respaldado principalmente pelo argumento de que o MDB ganhava força e o mesmo estava apoiado, naquela conjuntura, por forças políticas de esquerda que poderiam aproveitar-se da instabilidade política para iniciar uma guerra civil e tomar assim o poder (MACIEL, 1999, p. 171).

No editorial de sua sétima edição, a *Brasil Socialista* lança suas posições em relação às Eleições Municipais para os cargos de prefeito e vereador que ocorreriam em 1978. A partir da leitura do mesmo, podemos ter uma ampla noção do cenário político e da correlação de forças que se desenvolvia até então.

O artigo, intitulado “Nossa posição frente às eleições”, é permeado, do início ao fim, por um misto de denúncias contra os desmandos promovidos pela Ditadura e otimismo com relação às plenas possibilidades do Regime chegar ao fim por suas contradições inconciliáveis, sendo derrubado pelos movimentos de trabalhadores que estavam, naquele momento, em crescente efervescência.

Para melhor compreender a atuação dos militantes editores da revista *Brasil Socialista*, se faz necessária uma pequena análise das concepções desenvolvidas por Vladimir Ulianov (“Lenin”) em sua obra *Que fazer?*. Publicado no ano de 1902, e sendo concebido, no decorrer das décadas, enquanto um dos meios mais importantes para a compreensão do leninismo, é neste livro que são lançadas as bases da formação da “organização revolucionária”, respondendo ao problema de como constitui-la, na ilegalidade, em meio a um contexto de autocracia política, como era o da Rússia Czarista (LENIN, 1988, p. 19).

Concebendo a libertação nacional do jugo do czarismo e o avanço ao socialismo possíveis apenas a partir da formação de uma organização de vanguarda, Lenin desenvolve, no decorrer de toda a obra, severas críticas a tendências de cunho reformista, tais como o “economismo” e o “espontaneísmo”, que se desenvolviam no interior do partido, inspiradas, segundo ele, pelo social-democrata alemão Bernstein.

Lenin concebia estas tendências enquanto perigosas ao se desenvolverem no seio do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), uma vez que colocavam o movimento social-democrata como um todo enquanto apêndice dos partidos liberais (LENIN, 1988, p. 29). Avaliando a “espontaneidade” das massas enquanto uma “forma embrionária de consciência” Lenin deixa claros os limites da mesma ao afirmar que:

[...] os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam [...] a sentir a necessidade de uma resistência coletiva, e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades etc. Se os tumultos

constituíam simplesmente a revolta dos oprimidos, as greves sistemáticas já eram o embrião – mas, nada além do embrião – da luta de classe (LENIN, 1988, p. 24).

Tendo consciência dos limites da espontaneidade das massas, fica claro que a classe trabalhadora, por sua própria força, só poderia chegar, no máximo, ao desenvolvimento de uma “consciência sindical” (que não foge dos marcos da dominação burguesa). Devido a esta razão, o partido ganha importância por arregimentar um conjunto de intelectuais, provenientes das classes proprietárias, que teriam como função a disseminação da teoria revolucionária, desenvolvendo na classe operária uma forma superior de consciência (LENIN, 1988, p. 25), chamada por Lenin de “consciência social-democrata”<sup>3</sup>.

Para atingir este objetivo, o partido traria ao proletariado uma série de “revelações” relacionadas à conjuntura política nacional (LENIN, 1988, p. 70), buscando a articulação entre as lutas locais e nacionais (LENIN, 1988, p. 110), dotando de um caráter político as reivindicações outrora puramente voltadas a interesses econômicos e corporativos (LENIN, 1988, p. 45).

Levando em consideração o contexto político no qual esta obra foi escrita, o partido, atuando clandestinamente, deveria possuir em suas fileiras certa quantidade de militantes profissionais, que seriam sustentados pelo partido podendo dedicar-se exclusivamente à causa revolucionária. A estes, e também aos outros militantes, seriam delegadas funções tanto de propaganda quanto de agitação política (LENIN, 1988, p. 52-54), dependendo das necessidades de cada momento.

De acordo com o autor do editorial<sup>4</sup> que nos propomos a analisar da revista *Brasil Socialista*, a Ditadura lançara mão naquela eleição (constantemente chamada de “farsa”) de diversas formas de silenciar e excluir do processo candidatos que representavam os interesses do povo. São denunciadas, inclusive, as prisões arbitrárias, torturas e assassinatos que, naquela conjuntura seguiam, nas palavras do editor, como “moeda corrente”, utilizadas para afastar lideranças populares das eleições.

Contudo, é defendido no artigo que mesmo tais medidas não se faziam suficientes para manter a “tranquilidade” ante as insatisfações da classe trabalhadora, fazendo o Regime uso de restrições ainda maiores aos aspirantes aos cargos de prefeito e vereador, que só eram permitidos de falarem em suas propagandas de problemas estritamente locais e pontuais (*Brasil Socialista*, ano II, nº 7, p. 1). Esta limitação de abordagem serviria, naquele contexto, para que a população como um todo não pudesse ser conscientizada da dimensão estrutural das mazelas que ocorriam, mantendo-se apenas no terreno das reivindicações imediatas que não afetavam profundamente o poder vigente.

Apesar de todo este cenário de repressões, que o editorial passa a ideia de estarem a cada dia mais duras, o otimismo é latente, de modo que o autor avalia que as arbitrariedades e da truculência cresciam enquanto uma resposta da Ditadura, que ia ficando encurralada.

3. O modo como o termo “social-democracia” é citado no corpo da obra *Que fazer?* deixa claro que naquele momento a mesma possuía uma conotação revolucionária, e não reformista tal como se mostra atualmente.

4. O nome do autor do editorial não consta na revista, possivelmente devido ao caráter que é próprio das publicações clandestinas.

Uma vez que tinha dificuldades de unir as diferentes frações da burguesia em um projeto coeso, bem como conter os problemas econômicos e sociais que então emergiam, o Regime começava a receber críticas até mesmo de antigos apoiadores, tais como o “Jornal do Brasil” que afirmou em uma de suas matérias que a “política de distensão” era a única saída para a “decomposição do tecido social” que então ocorria (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 2).

Todo esse cenário de incertezas, repressão e crises teriam dado respaldo, segundo Maciel, às medidas que então foram decretadas pelo “Pacote de Abril”. Isto deixa claro que, embora o governo Geisel estivesse, de fato, comprometido com a abertura política, conduzir este processo de modo a não ferir os grupos econômicos e políticos defendidos pela Ditadura implicava em manter a institucionalidade autoritária em vigor (MACIEL, 1999, p. 162).

O Regime tomava tais ações porque afastar as lideranças populares, partidos e movimentos de esquerda da totalidade da vida pública do país era, dentro daquilo que aspiravam, uma prerrogativa para a futura existência de uma democracia, o que exigia uma transição lenta, gradual e marcada pela violência e por farsas similares ao do processo eleitoral que o editorial critica.

Além da consciência das contradições que assolavam a Ditadura, fazendo-a apertar a cada dia mais o cerco contra a oposição como um todo, também era expresso de maneira considerável no editorial um forte otimismo pela ascensão de diversos movimentos populares em 1978. Embora o principal desses fosse o movimento operário, através da reconstituição da luta sindical, também havia diversas mobilizações ocorrendo no campo rural e entre os estudantes, sendo esses vistos com particular atenção, tendo em vista que possuíam a capacidade de mobilizar a pequena burguesia.

Essa fração de classe, em especial, é criticada no decorrer da análise de conjuntura, sendo concebida enquanto sem “fisionomia política própria” uma vez que recusava o compromisso com a Ditadura, mas ao mesmo tempo vacilava ao hesitar em agregar a oposição popular e democrática (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 2).

A força da oposição sindical durante este período é de extrema relevância, tendo em vista que, segundo Maciel, ela revelava as contradições não só da abertura lenta e gradual proposta pela Ditadura, mas também da resistência realizada por frações burguesas. Já em 1978, diversas categorias da classe trabalhadora entraram em greve, intensificada no ano seguinte, chegando a abranger cerca de 3.200.000 trabalhadores. Nesse momento, entraram em cena novas instituições e organizações de mobilização dos trabalhadores, tais como o Sindicato de São Bernardo do Campo/SP e Diadema/SP, assim como outros movimentos que reivindicavam como eixo central de suas propostas avanços a nível salarial (MACIEL, 1999, p. 259-269).

Ainda, segundo defende Ricardo Antunes, o caráter político dessas greves e reivindicações era também evidente, tendo em vista que desvelaram “o caráter de classe do Estado e o compromisso do governo com o capital monopolista, particularmente diante das iniciativas políticas e repressivas tomadas pelo último no sentido de conter o movimento e sua representatividade” (ANTUNES, 1992, p. 39-62).

O conjunto de manifestações da classe trabalhadora que se contrapunha às medidas antipopulares serviriam de “fermento”, segundo os autores da revista, para a emergência de um movimento popular e democrático que poderia servir de vanguarda

para a derrubada da Ditadura. Por conta disto, no editorial era defendida a necessidade dos comunistas incentivarem os trabalhadores a se utilizarem do período das eleições para canalizarem suas insatisfações (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 3) e pressionarem alguns candidatos para que os mesmos fizessem valer suas reivindicações (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 4).

Se por um lado o autor do editorial defendia a necessidade de aproveitar as brechas das eleições, por outro enfocava também que, enquanto comunistas, deveriam conscientizar o proletariado de que a via parlamentar é apenas secundária, não sendo possível a saída para a crise vivida a não ser através da derrubada do Regime. Logo, o processo eleitoral seria importante para reaglutinar os militantes dispersos e fazer propaganda e agitação entre o povo, conscientizando-o acerca da “inevitabilidade da luta armada das massas” (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 3). De igual forma, deveriam orientá-los a votar em candidatos que fossem defensores públicos da democracia (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 4), e a lutar pelas liberdades democráticas, anistia e melhorias nos salários e nas condições de trabalho (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 3).

O que torna a perspectiva exposta do parágrafo acima mais interessante é que, embora defendessem a necessidade do uso de brechas, ainda que estreitas, na difusão de uma resistência de caráter popular, isso não significa dizer que excluíssem do horizonte a importância da luta armada na emancipação da classe trabalhadora. Uma revolução violenta não era algo visualizável naquela conjuntura, tendo em vista a completa desmobilização dos movimentos comunistas militarizados que ocorrera havia apenas cinco anos.

Contudo, o modo como é exposta a necessidade de uma guerra popular, levando em consideração que a revista também entrava clandestinamente no Brasil, mostra que o ideário de transformação revolucionária da sociedade não havia sido “substituído” pela mobilização contra a violação de direitos humanos ou uma resistência restrita à defesa da democracia. Apenas tais pautas eram importantes para que as iniciativas destes antigos militantes das organizações armadas tivessem o apoio da sociedade naquele período, constituindo parte das ações políticas, mas não um “fim em si”.

Ao passo que eram otimistas em relação ao movimento da luta de classes e às mobilizações dos trabalhadores, eram críticos às ações de algumas frações da oposição burguesa, concentradas no interior do MDB, e também a duas tendências existentes no seio das organizações de esquerda. Criticavam, principalmente, os “moderados” do MDB, que a cada dia buscavam mais propostas de conciliação com a Ditadura e se mostravam menos claramente defensores da democracia.

Segundo a avaliação do autor do editorial, isso ocorria principalmente pela efervescência da classe trabalhadora em um momento de crise do poder dos militares golpistas. Inseguras com relação aos rumos possivelmente desfavoráveis a seus interesses que esse processo poderia tomar, algumas frações da oposição burguesa acabavam por tentar conter as efetivas mudanças através de políticas de conciliação (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 2).

Já entre as organizações de esquerda, eram criticadas duas tendências as quais chamavam de “reformistas” e “doutrinistas”. Os primeiros seriam aqueles que conclamavam os trabalhadores a votarem em candidatos do MDB cujos interesses não lhes representava, sendo por vezes até mesmo parte da ala “moderada” e “adesista” do

partido, voltadas à conciliação com a Ditadura em contraposição aos “autênticos”.

Segundo o autor do editorial, embora fosse viável indicar o voto em alguns candidatos quando defensores públicos da democracia (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 5), a função dos comunistas naquele contexto era o de denunciar a farsa eleitoral promovida pelo Regime, incitando-os a promover a própria luta sem se colocarem a reboque da oposição burguesa (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 3-4).

Do outro lado haviam os “doutrinelistas” que, segundo a avaliação contida no editorial, apesar de sustentarem no discurso um forte radicalismo ao propagar a ideia de “voto nulo” nas eleições, apenas afastavam-se do conjunto da luta política com esta atitude, deixando o caminho aberto para segmentos políticos oportunistas e conciliadores. O autor deixa claro, deste modo, que na visão sustentada pela revista, tanto “reformistas” quanto “doutrinelistas” apenas levavam “água ao moinho das frações burguesas” (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 4).

Por fim, o editorial é concluído afirmando-se de forma direta e concisa que, embora fosse importante apoiar algumas candidaturas, principalmente de lideranças populares e políticos abertamente antiditatoriais, a via parlamentar era secundária.

Cabia aos comunistas, antes de tudo, a luta pela consolidação de uma resistência à Ditadura que fosse popular e democrática, para que a classe trabalhadora não se abstivesse de seus interesses para apoiar os de outra classe. A construção de um poder proletário, deste modo, caminharia junto com o isolamento e o enfraquecimento do Regime, até a sua derrubada (Brasil Socialista, ano II, nº 7, p. 5).

## Considerações finais

O estudo dos movimentos contrários a violação de Direitos Humanos na Europa que resultam do período da *détente*, bem como das contradições que assolavam o governo Geisel, são de fundamental importância para a compreensão da resistência que se deu por parte dos antigos movimentos da luta armada em exílio na segunda metade da década de 1970. Não pela resistência construída ter sido, como um todo, o puro reflexo desses acontecimentos, uma vez que havia, entre esses grupos, várias divergências no que diz respeito a questões estratégicas e táticas de derrubada da Ditadura, mas sim por podermos compreender, a partir da totalidade em que os militantes estavam inseridos, as diversas possibilidades que se abriam.

Este fato é salientado, pois embora o estudo da *détente* tenda a nos conduzir em um primeiro momento a conclusões similares às de Luís Roniger, voltadas à compreensão de que as antigas organizações armadas abandonaram o ideário revolucionário abraçando denúncias à Ditadura pautadas exclusivamente na defesa dos Direitos Humanos (RONIGER, 2010, p. 104), pensar desse modo é se deixar iludir pela aparência.

Embora se utilizassem dessa ampla mobilização da sociedade civil na Europa Ocidental e das possibilidades que ela abria para denunciar o Regime, isso pareceu ficar mais no campo da tática do que ser, de fato, um “fim em si”. Vários desses grupos, que permaneciam, seja no plano da retórica ou de forma real, fiéis ao ideário comunista, partiam do princípio de que a derrubada da Ditadura Empresarial-Militar era estrategicamente importante para a consolidação de um poder popular. Por isso,

construir uma resistência não só de caráter democrático, mas também popular, era de suma importância.

A análise desta fonte nos auxilia a compreender as condições em que se deu a mudança de estratégia de diversas organizações armadas, tais como o MR-8 e APML que, após a anistia, retornariam ao Brasil e constituiriam uma frente democrática com o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) como uma forma para derrubar a Ditadura.

Compreender a situação em que os militantes se encontravam no exílio e as possibilidades de luta contra o Regime que lhes eram legadas se faz fundamental para entender o que estas organizações viriam a se tornar, bem como o programa a que aderiram e o papel dos mesmos na transição para a democracia.

## Fontes

Revista *Brasil Socialista*. Ano II, n. 7, Outubro 1979.

## Endereços eletrônicos

“Resistir é preciso...” – Um projeto do Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>> Acesso em: 08/08/2016, às 18:26.

## Referências bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado/Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

FOOT, Rosemary. The Cold War and human rights. In: *The Cambridge History of the Cold War Volume 3: Endings/* Melvyn P. Leffler; Odd Arne Westad. Cambridge University Press, 2010.

FRANCO, Marina. *Exílio. Argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

GOMES, Paulo César. Brasileiros na França: o exílio segundo a visão do Centro de Informações do Exterior (CIEX) entre 1966 e 1968. *Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão*. Ano 4, n. 5 | 2014, v.1. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/6\\_Brasileiros\\_na\\_Franca.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/6_Brasileiros_na_Franca.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2016, às 09:50.

LENIN, Vladimir. *Que fazer?*. Tradução da edição francesa das Editions Sociales, Paris,

1969 (traduzida sob a responsabilidade de Roger Garaudy, por Kyra Hoppe e Alexandre Roudnikov, da quinta edição russa, tomo V das Obras de V. I. Lenin. Direitos de tradução em língua portuguesa reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Hucitec: São Paulo, 1988.

MACIEL, David. *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República*. 418f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

MACMAHON, Robert. *Guerra fria*. Tradução de Rousaura Eichenberg. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*. Ano XIII. N. 27. 2º semestre 2012, p. 39-53.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RONIGER, Luís. *Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX*. Dados. Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.